

Identidades, Comportamentos e Modos de Vida

Portugal ontem, hoje e amanhã: O que querem os jovens?

Maria Benedicta Monteiro

‘A minha grande preocupação é o silêncio das pessoas sensatas’ – disse Martin Luther King, quando os fanáticos que mataram milhares de negros e o assassinaram a ele depois, nos anos 50, eram grupos de cristãos, brancos, Norte-americanos.

‘A minha grande preocupação é o silêncio das pessoas sensatas’ – disse-me há dias uma amiga açoriana, a propósito do massacre em Paris, no Semanário Charlie Hebdo, por um grupo de muçulmanos fanáticos.

É por isso que tenho que começar por louvar a iniciativa que hoje aqui começa, e agradecer à Conceição Moita e ao Jorge Wemans a possibilidade de estar aqui hoje convosco.

Para quebrar o silêncio entre cristãos e não cristãos.

Para quebrar a barreira dos estereótipos mútuos.

O que é difícil:

Porque não vale a pena.

Porque já sabemos o que ‘eles’ pensam.

Porque achamos que temos valores diferentes.

Porque achamos que ‘eles’ não vão mudar de ideias.

Não foi fácil aceitar. Eu perguntava-me: o que querem ouvir os Católicos de Lisboa? O que tenho eu, que sou agnóstica, para lhes dizer?

Resolvi, por isso, interrogar a minha própria vida, e a partir daí mostrar como vejo, hoje, algumas preocupações da sociedade que me rodeia.

Quem sou eu?

Nasci em Lisboa, tive uma educação cristã numa grande família conservadora e uma adolescência e juventude católica militante (catequese, noelistas, grupo de casais católicos, movimento do Padre Foucault, movimento de Católicos Progressistas.)

A primeira abertura ao mundo e a primeira fonte de informação alternativa recebi-as na Faculdade de Letras de Lisboa e na sua Associação Académica.

Particpei em leituras e discussões, aceleradas pela guerra colonial que Portugal travava em África nos anos 60; participei na revolta estudantil de 1962, ao lado de muitos dos que, desde 1974, ocuparam posições políticas no governo do país; experimentei, pela primeira vez, o sabor da prisão política; participei na vigília do dia 31 de Dezembro, na Igreja de S. Domingos, assinei manifestos de Católicos e não Católicos contra a ditadura, contra as prisões políticas, contra a guerra colonial e contra a expulsão do Bispo do Porto.

A igreja a que eu pertencia – a paróquia de Santa Maria de Belém e a Juventude Universitária Católica (JUCF) –, sempre temerosas e prudentes, vigiavam atentamente as actividades dos cristãos.

Assim, no espaço de pouco tempo, recebi dois avisos:

1º aviso, em Belém, em 1960, pelo Padre Felicidade Alves, recém-chegado como pároco: “Dado o seu envolvimento em actividades de natureza política, naturalmente prejudiciais à sua função de catequista desta paróquia, fica dispensada desse serviço”.

2º aviso, na Faculdade de Letras, pelo Padre Maurício, mentor da Juventude Católica Feminina: “Dado o seu envolvimento em actividades políticas condenadas pela Igreja, deve fazer a sua opção: ou continua na JUCF e se desliga da Associação Académica da Faculdade, ou devolve-me o seu emblema e considera-se fora deste movimento católico”.

Foi o que, de imediato, fiz, depositando na sua mão o meu emblema da JUCF. Sem inquietação nem remorso. Surpreendida mesmo pela facilidade com que a minha posição sofria esta alteração radical num só momento.

Outros momentos da minha vida foram contribuindo para eu tomar consciência da sociedade que me rodeava e do mundo exterior a que os portugueses não tinham acesso.

Em 1962 contacto com a minha avó, exilada política em Paris entre 62 e 69 e, através dela, com muitos outros exilados políticos portugueses, assistindo a muitas histórias dramáticas das vidas no exílio.

A formação superior em Psicologia, que então fiz em Lisboa e em Lovaina, trouxe outra informação, mais dúvidas e outras interrogações.

Em fins dos anos 60, desliguei-me completamente de uma Igreja Católica, aos meus olhos casada com o regime político, não só insensível à ditadura e à miséria do povo português, que aos milhares deixava então Portugal rumo à Europa, como desempenhando o papel de braço espiritual do governo nas três guerras coloniais que então o regime travava em África, norteadas pelo mito do império português.

O Cristianismo também não ficou, nem mesmo com o concílio Vaticano II (1962), nem com a então revolucionária teologia de Hans Kung, que, com enorme escândalo para boa parte da comunidade católica, contestou a infabilidade papal, o celibato clerical e a ausência das mulheres nas funções sacerdotais.

Tão forte como numa conversão religiosa fiz, com muitos da minha geração, o movimento inverso e encontrei-me, até hoje, agnóstica.

Nos últimos 30 anos, prossegui a carreira académica de Psicóloga Social no ISCTE, em Lisboa, como docente e investigadora, estabelecendo novas relações, inserindo-me em novos grupos, sempre com uma orientação determinada para sentir e perceber a vida humana. O privilégio de estar diariamente com jovens universitários de diferentes formações, contribuiu para que me mantenha atenta à evolução da vida dos jovens, atenta aos seus modos de vida e de relacionamento entre si e com os adultos, imersos como estão na civilização da informação electrónica, no mundo digital e na realidade virtual, atenta às suas expectativas em relação ao seu futuro profissional.

Escolarizados e educados em tempo de liberdade e de progressivo desafogo económico, estes jovens acompanham os movimentos, as modas e as tendências sociais internacionais, e sinto que não parecem precisar das histórias dos mais velhos para irem construindo as suas opções.

A partir desta minha história e da percepção das profundas mudanças na vida pública e privada, nomeadamente da vida dos mais jovens, pergunto-me então hoje:

Como vivem, o que pensam e o que querem os jovens portugueses e europeus deste século? Que síntese fazem do sentido do percurso dos mais velhos, da vida em que estão enquadrados, do que lhes é agora proposto, e como projectam o seu amanhã? Que sociedade lhes interessa?

Que síntese fazem do sentido do percurso dos mais velhos?

As modificações que o mundo a que chamamos *ocidental* atravessou desde o pós-guerra foram marcadas, em grande parte, por valores pacifistas, de cooperação económica, de definição de direitos iguais para todos, de protecção em relação aos mais fracos, de liberdade em relação a preceitos morais burgueses e religiosos, de independência dos países colonizados. Algumas datas de criação de instituições europeias ajudam-nos a perceber como estes valores tiveram tradução desde esse então:

1945 – Organização das Nações Unidas (ONU)

1946 – UNICEF (ONU)

1948 - Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU), a que Portugal só veio a aderir em 1978.

1948 - Formação progressiva da União Europeia (CEE, UE)

1948 a 1975 – A independência de dezenas de nações colonizadas por países europeus, em África, no Médio Oriente, na Ásia e na Oceânia.

1949 – Convenção de Genebra sobre Direito Internacional Humanitário (DIH)

1955 – Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados

1959 – Declaração Universal dos Direitos das Crianças (ONU)

A acompanhar estas grandes criações internacionais, o pós-guerra assistiu a grandes modificações na ciência, nas artes e nos costumes, nas relações íntimas e nos valores sociais.

Crescia então na Europa Ocidental um projecto de sociedades democráticas, livres e igualitárias, assegurado pela centralidade do Estado Providência. Um projecto de paz, de desenvolvimento e de felicidade, demograficamente sustentado, onde o bem-estar, a educação, a saúde, a habitação, a justiça seriam para todos.

Neste quadro, a Europa assistiu, não só à sua recuperação dos desastres da guerra, mas a um desenvolvimento económico e social em flecha. Os jovens deste período ambicionavam casar por amor para toda a vida, ter filhos, um emprego estável, um bem-estar relativo. Mas, paralelamente, já cresciam grupos para contestar o avanço dos valores materiais de riqueza, a falta de modelos alternativos de felicidade, as novas guerras coloniais na Indochina, na Argélia, na Índia, no Vietname ou em África. Foram os agitados anos 60 e 70.

Em Portugal este percurso foi parcialmente truncado pelo regime de ditadura: fechados neste rectângulo desde a década de 30, sem educação (quase 80% de analfabetismo), sem saúde (mortalidade infantil elevadíssima), com informação e expressão de ideias 'gerida' pela instituição da Censura, sem incentivos ao consumo, os jovens só tinham alguma oportunidade de tomar consciência do mundo europeu paradoxal que crescia fora da sua consciência se participassem em actividades culturais, em partidos ou movimentos políticos clandestinos, em pequenos grupos de cristãos ou de agnósticos: ou seja, as minorias que progressivamente se rebelaram contra o regime político do Estado Novo e contra Igreja Católica, sua associada.

A revolução democrática de 74, em Portugal, expandiu muitas energias libertárias, abriu de par em par as janelas da informação vinda de todo o lado, da comunicação social aos livros e aos filmes:

- problematizou os modos de vida e as normas morais dominantes;
- assistiu à independência quase imediata das colónias de África e da Oceânia e ao sobressalto da chegada de meio milhão de retornados em fuga,
- assistiu à formação de dezenas de partidos políticos, de Associações profissionais, sindicais, políticas e culturais,
- assistiu a episódios de violenta confrontação entre partidos políticos, entre patrões e empregados, entre chefes e subordinados,
- levou aos teatros e aos cinemas espetáculos nunca antes vistos no país, moralmente heterodoxos,
- assustou uma parte da burguesia mais rica e mais conservadora que rapidamente se pôs a salvo fora do país,
- lançou a confusão nas escolas e nas famílias ('agora, que disciplina?', 'que regras de comportamento?', 'que estilos de autoridade?', 'que futuro para os filhos?').

A síntese que os jovens fazem hoje dessa geração, em Portugal, é sem dúvida multifacetada, mas estão salientes as ideias de que:

- foi uma geração muito sofrida, a maioria iletrada, em que os mais pobres e os que politicamente se opunham activamente à ditadura tiveram que emigrar e sobreviver, muitas vezes, em condições de extrema privação;
- foi uma geração muito esforçada, resistente à ditadura, com maior expressão nos meios operários, artísticos e universitários, a quem, em parte, se tem que agradecer a modernidade do Portugal democrático pós-74;
- foi uma geração em que uma minoria urbana contestou as normas e os estilos de vida vigentes, à semelhança do que já acontecia nos EUA e em outros países europeus, pondo em causa as guerras coloniais que Portugal travava, a obediência à autoridade quando considerada injusta, os dogmatismos civis e religiosos, como a virgindade antes do casamento, o celibato dos padres católicos, a proibição da contraceção e do aborto, a infalibilidade do papa, ou a submissão da maioria das mulheres à iliteracia, à menoridade civil e à escravidão doméstica;
- foi uma geração em que, depois de 74, muitos abandonaram os seus ideais reformistas e se acomodaram a uma vida de conforto e de conformismo ideológico;
- foi uma geração ultrapassada pela revolução tecnológica e digital, o que contribuiu para a sua própria marginalização no seu processo de envelhecimento.

Muitas coisas mais poderiam estar incluídas nesta síntese, mas estas podem ajudar-nos sobretudo a compreender como cada geração cresce enfrentando os seus contextos sociais, para isso negando, reajustando, ou mesmo criando novas opções de vida.

Chegamos então ao futuro, e perguntamo-nos:

Em relação ao futuro, o que pensam, em que acreditam, o que esperam as gerações de 'entreséculos'? Que sociedade lhes interessa? Quanto estão disponíveis para a construir? Onde estamos agora? Para onde vamos?

Para compreender esta preocupação, pode ajudar-nos conhecer um documento recentemente publicado pela Comissão Europeia, anunciando a abertura de um concurso

para um projecto de estudo intitulado “*Os jovens, enquanto motores de mudanças social*”. Este projecto tem um financiamento de 1,5 milhões de euros e deverá ser realizado por equipas de investigadores entre 2014 e 2020.

No documento de abertura do concurso, a Comissão Europeia começa por situar o objectivo do estudo no contexto social presente:

A Europa actual, com uma população de mais de 300 milhões de cidadãos, enfrenta o desafio do seu envelhecimento rápido e a emergência de um novo modelo social e económico mais sustentável num quadro de:

- progressiva escassez de recursos;
- necessidade de maior atenção aos ambientes naturais;
- um clima em mudança com consequências incertas;
- uma maior igualdade entre mulheres e homens.

Desta constatação, continua o documento, deriva a exigência de profundas mudanças nas sociedades europeias, que deverão ter implicações:

- nos estilos de vida e nos hábitos de consumo, que vão desde
- o modo como se fazem os negócios;
- o modo como se desenvolvem as cidades e mesmo
- como se desenham as nossas casas;
- ao modo como organizamos as nossas vidas quotidianas;
- ao modo como governamos as nossas sociedades;
- **como forjamos as relações entre gerações, e**
- **como garantimos a coesão social da Europa.**

Estes desafios, afirma finalmente o documento, só podem ser enfrentados com a vontade expressa e o envolvimento das actuais gerações de jovens, que cresceram numa sociedade em que, contrariamente à dos seus pais e avós, assistem ao rápido envelhecimento da população e aos problemas de sustentabilidade económica que lhe estão associados.

Num contexto assim definido, a Comissão Europeia pretende que este estudo, através de inquéritos dirigidos a jovens europeus de diferentes idades, sexo, áreas geográficas, religiões, culturas e etnias, averigue:

- quais são as normas e os valores que esses jovens reconhecem e quais as suas atitudes em relação a múltiplos aspectos da vida social;
- quais são as suas expectativas em relação às políticas públicas e à organização da vida económica, social e privada, incluindo a organização das cidades e a ética dos negócios;
- e qual é a orientação e a disponibilidade dos jovens para **serem o motor da transição** para formas inovadoras da vida individual e colectiva na Europa, num **quadro intergeracional e intercultural**.

Os objectivos deste projecto de investigação permitem-nos compreender como Portugal, como membro da União Europeia, está incluído nestas mesmas preocupações, e que fará parte, com os seus jovens, da resposta a todas estas interrogações. E permite-nos ainda compreender a importância que a Comissão atribui à coesão das sociedades europeias, como condição essencial da própria coesão da Europa como hoje a conhecemos.

Podemos aqui reflectir sobre dois dos tópicos que estão na linha da frente, segundo a própria Comissão Europeia, como **factores de ameaça à coesão social da Europa: o envelhecimento e a imigração, ou seja, a relação entre gerações e a relação entre nacionais e estrangeiros, as suas identidades e pertenças.**

Vejamos, brevemente, o caso do envelhecimento em Portugal:

Os mais velhos, como indicam as estatísticas, pela proporção galopante que atingem na maioria das sociedades europeias, incluindo Portugal, e pelos elevados recursos que consomem, adquirem aos olhos da sociedade a imagem de grupo improdutivo, dependente e pesado para a sociedade, diminuído nas suas capacidades físicas, cognitivas e relacionais. E o mais grave é que, como acontece com os estereótipos negativos que afectam grupos estigmatizados, eles próprios se descrevem assim, significando que interiorizaram a imagem negativa que o resto da sociedade lhes devolve.

No nosso país, os mais velhos tornaram-se um grupo social discriminado: abandonados pelas famílias, ou enviados para o que só muito ironicamente se pode chamar um 'lar', despojados de autonomia física e económica, e muitas vezes de dignidade, ficam à mercê de tratamento nem sempre profissional, ou da caridade discricionária de organizações não-governamentais, civis ou religiosas.

Podemos, em parte, compreender esta situação, pelo baixo grau de escolaridade deste grupo, e portanto das suas oportunidades profissionais durante a vida activa, que lhes limita severamente a autonomia económica no presente e a sua condição de dependência. No censo de 2011, no grupo com 65 ou + anos, nascido no pós-guerra e criado durante o regime de ditadura (1926-1974), 38% não teve qualquer escolaridade, 45% tem o 1º ciclo (ou 'Instrução Primária'), 3% completou o ensino secundário (ou ex-7º ano dos Liceus) e 5% tem formação superior. Ou seja, na linguagem actual, do universo dos portugueses com 65 ou + anos, apenas 8% completou o ensino secundário, ou seja, a actual escolaridade obrigatória!

Como gerir, no quadro desta herança de um passado que nos envergonha, a relação entre gerações, os estereótipos e as atitudes negativas dos mais jovens e da sociedade em geral em relação a este grupo, de quem nada esperam para a construção de um novo modelo de sociedade?

Podem a caridade (na linguagem cristã), ou a solidariedade (na linguagem democrática), resolver esta condição desumana de que os mais velhos foram as vítimas, ou pode antever-se, no modelo de sociedade em construção, uma solução para esta tragédia demográfica e para a almejada sustentabilidade económica das suas consequências, mas também uma forma de devolver a este grupo um lugar, uma imagem, e a dignidade a que, como cidadãos, têm direito?

O que pensam os jovens sobre isto?

Vejamos, ainda, o 2º exemplo de ameaça à coesão social, que está no topo da agenda política da Europa, mas de forma mais mitigada em Portugal: é a política institucional para os imigrantes e os seus descendentes; e os modelos da sua integração e do seu relacionamento com os países que os recebem.

Apesar dos grandes passos dados no mundo desde a 2ª guerra mundial, em matéria de condenação da discriminação racial e das desigualdades de oportunidades e de tratamento

entre grupos sociais (materializada na Declaração Internacional dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, mas apenas publicada em Portugal no Diário da República de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros), como se explica a persistência do preconceito racial e da discriminação da população imigrada, mas sobretudo da incapacidade das instituições públicas para garantir que, a par da sua herança cultural, os cidadãos estrangeiros de minorias desfavorecidas beneficiem, de facto, de igualdade de oportunidades em relação aos cidadãos nacionais?

Como muitos estudos mostram, esta incapacidade do Estado traduz-se no silêncio das instituições públicas em relação a esta obrigação, e na inexistência de indicadores que permitam perceber como estes grupos são atingidos, ou as formas subtis que a discriminação toma no nosso quotidiano (tomemos como exemplos o diagnóstico e a prescrição médica diferenciadas nos serviços de saúde, ou as oportunidades diferenciadas de defesa judicial nos tribunais).

Saliento aqui o fenómeno da discriminação contra as minorias étnicas no sistema educativo, que em Portugal assume algumas formas explícitas nas escolas (por exemplo, certos tipos de violência física e psicológica, nomeadamente no 1º ciclo), mas que tem os seus efeitos mais dramáticos nos níveis de abandono e de insucesso escolar dos alunos dos grupos migrantes, mesmo quando já têm a nacionalidade portuguesa, como é o caso dos descendentes de cidadãos de países africanos lusófonos.

Lisboa, como maior distrito de residência de famílias imigrantes e da presença de escolas multi-étnicas, é um caso exemplar (com raríssimas excepções) deste processo educativo que ameaça, antes de mais, a coesão social em Portugal, ao deixar para trás uma parte significativa destes alunos, de 2ª e 3ª geração de imigrantes, a coberto de um discurso justificativo de incompetência linguística e familiar desses alunos. 'Eles não dominam o português' – é sistematicamente a explicação dada para o insucesso escolar desses alunos, nomeadamente para os que vêm de países africanos lusófonos.

Sim, não dominam o português, porque o português não é a sua língua materna. Mas quanto é que essa condição é identificada e reconhecida pelas escolas? Quais os recursos educativos que são utilizados para que os alunos estrangeiros, cuja língua materna não é o português, aprendam rapidamente a língua do país que os recebe? Muitos exemplos mostram como outros países, como o Reino Unido, a Inglaterra ou a Suécia, gerem essa condição, como se pode ler no Relatório europeu Eurídice, de 2004, sobre a educação de imigrantes nos países da União Europeia: as escolas têm um sistema de apoio à transição escolar, mantendo o ensino de todas as matérias nas línguas de origem, enquanto decorre o ensino intensivo da língua nacional, efectuado por professores especializados no ensino da língua do país como língua não materna. Para isso dispõem de tradutores (profissionais ou voluntários), de formação de professores para a educação intercultural e de sistemas de acompanhamento das famílias, mediado por intérpretes.

Onde estão definidos, em Portugal, as estratégias educativas a utilizar com esses grupos, as metas temporais a alcançar, os recursos a utilizar, os indicadores de avaliação desse sistema?

Mais de metade destas crianças e jovens têm a probabilidade de não completar o ensino obrigatório, e de entrar prematuramente no mundo do não emprego, da sobrevivência e das identidades marginais. A sua relação com a sociedade portuguesa poderá estar

definitivamente quebrada, e a marginalidade vir a ser o modo de vida que assegura uma nova identidade.

Como crescem e se sentem estes alunos? Que margem de manobra têm para fazer percursos escolares 'limpos', como muitos dos seus colegas de origem portuguesa? Que oportunidade têm de pertencer, verdadeiramente, à comunidade nacional?

Será que também a estes jovens vai ser perguntado, no estudo da União Europeia, quais as suas atitudes e expectativas acerca das políticas públicas de educação, de coesão social, e de organização económica, social e cultural da nossa vida colectiva?

Essa é a esperança de vir a dar voz cidadã, tanto à maioria dos jovens portugueses como à minoria de origem imigrante. Para que possamos compreender como nos poderemos dirigir para uma sociedade em que tanto os jovens como os cidadãos mais velhos venham a fazer verdadeiramente parte do novo modelo de sociedade em construção.

Termino como comecei: A minha grande preocupação é o silêncio das pessoas sensatas.

Que estão satisfeitas com a sua sensatez.

Que subestimam a realidade que não vêem.

Que acreditam numa justiça imanente que tudo corrige, que nada deixa ao acaso nas nossas vidas, e que, por tudo isto:

Não vêem motivo para participar em novas ideias, ou novas experiências, assim podendo contribuir para silenciar o erro.

Lisboa, 15 de Janeiro de 2015